



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

(11) 95446-2020 | pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Corrente Sindical do Partido
Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da
IV Internacional

cpe.ufabc@gmail.com

Ano II – Nº 12 – 15 de julho de 2023

AOS DELEGADOS DA PLENÁRIA DA FASUBRA

Abaixo o Programa de Gestão e Desempenho (PGD)!

É lamentável que a direção da FASUBRA esteja por aprovar uma proposta sobre uma medida tão retrógrada como é o PGD. Trata-se de um dos maiores retrocessos para o funcionalismo e, sobretudo, aos TAEs, pois compromete o funcionamento e o caráter público das instituições de ensino. Com essa medida de flexibilização capitalista do trabalho, o direito histórico do trabalhador aos limites da jornada de trabalho é arrancado e substituído por um cronograma de metas que sempre que atingidas passam a aumentar, como ocorre no setor privado.

O PGD é, na prática, um prelúdio da contrarreforma administrativa. As metas e os relatórios certamente servirão como mecanismos de avaliação de desempenho, que por sua vez é mais um instrumento que a PEC 32 propõe como meio para destruir a estabilidade dos servidores. Além disso, caso as metas não sejam cumpridas, o servidor poderá ter seu salário descontado.

As ilusões em torno do teletrabalho estão sendo utilizadas pelo governo para convencer os servidores a aceitarem o PGD. Dizemos que são ilusões, pois o teletrabalho é mais uma forma

de precarização das relações de trabalho, acabando com a separação entre a vida pessoal e profissional, que será ainda pior para a mulher trabalhadora, que arca com o peso das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças, idosos e doentes. Além disso, enfraquece a organização coletiva da categoria, que é o meio que temos de defender os nossos direitos e salários.

Ao destruir a jornada de trabalho e dividir a categoria, o PGD inviabiliza a luta pelas reivindicações históricas da categoria, como o fim do controle eletrônico de frequência; 30 horas para todos sem redução da remuneração, dentre muitas outras.

É preciso conversar com nossos colegas sobre os riscos do PGD! É preciso retomar, com toda força, a campanha nacional pela bandeira das 30 horas para todos, com parte da luta histórica da classe operária e demais assalariados pela escala móvel das horas de trabalho! Em vez de se adequar ao PGD é necessário que a Plenária da FASUBRA assuma, de forma contundente, uma posição contrária ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD), e pela revogação imediata do Decreto N.º 11.072/2022!

Travessia tenta boicotar participação de servidor-estudante no 59º Congresso da UNE

Em mais uma demonstração de que se tornaram os donos do sindicato, integrantes do Coletivo Travessia que atuam na Direção do SinTUFABC tentaram boicotar a participação de um servidor-estudante no ConUNE, evento estudantil que está ocorrendo entre os dias 12 e 16 de julho em Brasília. Sob a alegação absurda de que se tratava de um evento pessoal, recusaram a solicitação do servidor, que participa como delegado da Plenária Nacional da FASUBRA, de compra antecipada da passagem para Brasília. A decisão de comprar uma passagem mais cara, na sexta-feira, evidenciou a falta de compromisso com as finanças do sindicato e a política de retaliação à Corrente Proletária.

A direção da FASUBRA tem se adaptado à agenda do governo

Têm sido cada vez mais frequentes os encaminhamentos, por parte da Direção da FASUBRA, de deliberações apressadas e atropeladas, sem a devida preparação das discussões e decisões. Na pauta do PGD, por exemplo, não houve uma discussão prévia sobre se a Federação iria ou não rejeitar essa medida retrógrada. A “discussão” limitou-se a elaborar e aprovar uma proposta alternativa dentro do prazo imposto pelo governo. No recém-criado GT-Carreira, algumas correntes já procuram acelerar os encaminhamentos. Com a desculpa de que é necessário aprovar logo, impõem-se a política das direções majoritárias.

A campanha “TAEs no PPA”, encampada inicialmente pelo TAEs na Luta e pelo Travessia, foi recentemente incorporada pela Direção da FASUBRA, sem que fosse discutido nas bases. O Governo Federal criou a plataforma “Brasil Participativo” no intuito de passar a imagem de um governo que se dispõe a escutar os trabalhadores, uma grande encenação. Essa plataforma é um mero instrumento consultivo do governo, que incentiva a concorrência e não garante as reivindicações das massas. Não será concorrendo com outras categorias pela inclusão no PPA que conquistaremos nossas reivindicações. Conquistaremos na luta unificada, por meio da ação direta coletiva, em conjunto com as demais categorias.

Propostas da CPE aprovadas no Grupo 5 do XXIV ConFASUBRA e que devem ser colocadas à votação da Plenária Nacional:

Democracia e conjuntura

10. Campanha contra a CPI do MST;
11. Reestatização de empresas públicas que foram privatizadas como a Eletrobras;
12. Desmantelamento das bases da OTAN;
14. Restaurantes com preço popular para todos os atores da comunidade acadêmica;
15. Gestão tripartite da universidade com alunos, professores e TAEs;
16. Meia entrada para os trabalhadores da educação;

HUs, Carreira e aposentados

74. Campanha pelo fim da terceirização com incorporação dos trabalhadores nas universidades sem a necessidade de prestar concurso público;
75. Retomar os cargos que foram extintos e agora estão terceirizados;
76. Defender um salário mínimo vital;
77. Revogação das reformas previdenciárias;
78. Defesa contra o PGD;

Plano de Lutas, alteração estatutária e eleição para Direção da FASUBRA

31. Encontro para unificação das centrais sindicais;
36. Dia Nacional de Luta com paralisação e bloqueios.